



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
2ª Câmara de Direito Público
Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto

Agravo de instrumento nº 287913-8 - Comarca do Recife

Agravante: Rogério Alves de Lima.

Agravado: INSS - Instituto Nacional do Seguro Social.

EMENTA: DIREITO PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. REABERTURA DE AUXÍLIO-DOENÇA ACIDENTÁRIO. AUSÊNCIA DE CAPACIDADE PARA EXERCER ATIVIDADES LABORAIS. APARENTE NEXO ETIOLÓGICO ENTRE AS LESÕES E O LABOR DESEMPENHADO. ALEGAÇÃO DE IRREVERSIBILIDADE DESCABIDA. RECURSO PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. 1. Inobstante a autarquia previdenciária tenha concluído pela ausência de incapacidade total do obreiro ao trabalho, os atestados e documentos mencionados demonstram a verossimilhança das alegações quanto à necessária reativação do auxílio doença acidentário espécie 91, pois as lesões que acometem o recorrente, decorrentes de suas atividades laborais, impossibilitam-na de exercê-las. 2. Embora os atestados jungidos aos autos pela agravante sejam firmados por médicos particulares e estejam com confronto com os laudos avaliatórios da autarquia previdenciária, deve-se levar em consideração que, havendo divergência entre os laudos periciais com referência à capacidade laborativa do obreiro, merece ser aproveitado aquele que melhor beneficie o trabalhador, dada a sua situação de hipossuficiência em relação ao órgão previdenciário. 3. Antes de ser proferida a decisão ora agravada, o agravante atravessou petição informando ter seguido a orientação de contactar o setor competente para agendamento da perícia médica oficial e de retornar o contato no mês de setembro, de forma que não pode ser responsabilizado e penalizado pela sua não realização. 4. A tutela antecipada implica adiantamento provisório de efeitos práticos do provimento de mérito, não da própria eficácia da sentença, motivo pelo qual não há que se falar em irreversibilidade na espécie em apreço. 5. Agravo de instrumento à unanimidade provido para determinar o restabelecimento do auxílio-doença acidentário, espécie 91, em favor do recorrente.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do agravo de instrumento nº 278913-8, acima referenciado, ACORDAM os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, em sessão desta data e à unanimidade, em dar-lhe provimento, nos termos da ementa supra, do voto e da resenha em anexo, que fazem parte integrante deste julgado.

P.R.I.

Recife, 21 de  de 2013

Des. Ricardo Paes Barreto - Presidente e relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
2ª Câmara de Direito Público
Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto

Agravo de instrumento nº 287913-8 - Comarca do Recife

Agravante: Rogério Alves de Lima.

Agravado: INSS - Instituto Nacional do Seguro Social.

RELATÓRIO

Trata-se de agravo de instrumento diante de decisão que revogou a antecipação de tutela anteriormente concedida, no sentido de determinar o restabelecimento do auxílio-doença acidentário, espécie 91, em favor do ora agravante, à minguada de liame etiológico entre o infortúnio e as atividades laborais, por inocorrência da perícia médica oficial.

Em suas razões de fls. 02/11, aduz o recorrente que continua sem condições de exercer suas atividades laborativas, conforme laudos médicos recentes, não podendo a não realização da perícia ser a ele atribuída, pois compriu à risca a orientação de contactar o setor de perícias médicas do INSS.

Pugna pelo emprestamento do efeito substitutivo ativo ao presente recurso, e, no mérito, requer seu provimento a fim de reformar em definitivo a decisão impugnada.

Em decisão interlocutória, de fls. 188/189, houve o deferimento do efeito requerido.

Contrariedade, de fls. 200/205, pela ausência de verossimilhança das alegações, pois, conforme perícia do INSS, o agravante já recuperou sua capacidade laborativa, além de sustentar a irreversibilidade da medida.

Às fls. 214/218, a douta Procuradoria de Justiça opinou pelo provimento do presente agravo de instrumento.

É o relatório.

Inclua-se em pauta.

Recife, 21 de fevereiro de 2013

Des. Ricardo Paes Barreto
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
2ª Câmara de Direito Público
Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto

Agravo de instrumento nº 287913-8 - Comarca do Recife

Agravante: Rogério Alves de Lima.

Agravado: INSS - Instituto Nacional do Seguro Social.

VOTO

Extrai-se dos autos que o agravante trabalha na Empresa Primo Schincariol Indústria de Cervejas e Refrigerantes, na função de motorista de entrega, exercendo atividades diretamente relacionadas a carregamento e descarregamento dos produtos encomendados pelos clientes, tendo sido acometido por patologias decorrentes de esforço excessivo e movimentos repetitivos nos ombros e na coluna, com perda de força no braço e nas pernas, conforme laudos médicos e documentos acostados às fls. 77/104 e 134/137.

Inobstante a autarquia previdenciária tenha concluído pela ausência de incapacidade total do obreiro ao trabalho, os atestados e documentos mencionados demonstram a verossimilhança das alegações quanto à necessária reativação do auxílio doença acidentário espécie 91, pois as lesões que acometem o recorrente, decorrentes de suas atividades laborais, impossibilitam-no de exercê-las.

Sendo assim, embora os atestados juntados aos autos pelo agravante sejam firmados por médicos particulares e estejam com confronto com os laudos avaliatórios da autarquia previdenciária, deve-se levar em consideração que, havendo divergência entre os laudos periciais com referência à capacidade laborativa do obreiro, merece ser aproveitado aquele que melhor beneficie o trabalhador, dada a sua situação de hipossuficiência em relação ao órgão previdenciário (Confirmam-se precedentes deste Sodalício: AI 207101-4, 2CDP, rel. Des. Ricardo Paes Barreto, julgado em 05/08/2010 e AI 212427-6, 2CDP, rel. Des. José Ivo de Paula Guimarães, julgado em 15/07/2010).

Ressalte-se que, antes de ser proferida a decisão ora agravada, o agravante atravessou petição informando ter seguido a orientação de contactar o setor competente para agendamento da perícia médica oficial e de retornar o contato no mês de setembro, de forma que não pode ser responsabilizado e penalizado pela sua não realização.

Cumprе ressaltar, por fim, que a tutela antecipada adiantamento provisório de efeitos práticos do provimento de mérito, não da própria eficácia da sentença, motivo pelo qual não há que se falar em irreversibilidade na espécie em apreço.

~

Diante de todo o exposto, voto, na linha do parecer ministerial, no sentido de dar provimento ao presente agravo de instrumento, determinando-se o restabelecimento do benefício auxílio-doença acidentário, espécie 91, em favor do recorrente.

É como voto.

Recife, 21 de 03 de 2013

Des. Ricardo Paes Barreto
Relator